

## **PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS: EQUIDADE NO INTERCÂMBIO INTERNACIONAL DE BOLSISTAS DA GRADUAÇÃO?**

**Rovênia Amorim Borges  
Renísia Cristina Garcia Filice**

### **RESUMO**

Esta é uma pesquisa em andamento, de um programa de pós-graduação em Mestrado Profissional, e que se propõe a analisar a equidade no Programa Ciência sem Fronteiras, que se vincula à internacionalização acadêmica viabilizada por uma política educacional no Brasil. A sua materialização no governo Dilma Rousseff é explicada pelo *status* que adquire o conhecimento no “novo desenvolvimentismo brasileiro”. Assim, ao mesmo tempo em que o país investe na formação de estudantes da graduação em áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico procura inserção no mundo globalizado, em que o setor produtivo torna-se cada vez mais dependente da ciência, da tecnologia e da inovação. Nesse contexto emerge a questão nodal do estudo, de identificar quem são os bolsistas que conquistam vagas nas melhores universidades do exterior.

Ciência sem Fronteiras; internacionalização; equidade.

### **INTRODUÇÃO**

Este projeto de pesquisa em andamento, na linha de mestrado profissional, elege como objeto de estudo o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF). Destaque da agenda do governo federal na área de educação, a política tem por estratégia expandir a internacionalização universitária em áreas de conhecimento consideradas prioritárias para o desenvolvimento econômico do Brasil por meio do intercâmbio internacional, com foco na graduação.

Lançado no final de 2011, o CsF conquistou, de imediato, a atenção pública por uma série de fatores. Primeiro, devido à grande quantidade de bolsas e à oportunidade de estudar fora do país; segundo, porque pela primeira vez na história da educação superior no Brasil uma política de intercâmbio foi direcionada prioritariamente à graduação. Outro fator, pela ênfase nos discursos oficiais em atrelar o conhecimento científico à inovação tecnológica como indutores do desenvolvimento econômico do país. Por fim, pela dificuldade que os estudantes brasileiros apresentaram na proficiência de uma língua estrangeira.

O objetivo geral da pesquisa é analisar se o programa viabiliza a equidade desde o processo seletivo, tendo por base o perfil dos estudantes de graduação que participaram da primeira etapa do programa – 2011-2014. O CsF tem por meta central a concessão de 101 mil

bolsas de estudos em instituições de excelência no exterior para estudantes brasileiros até o final de 2014. A segunda etapa do programa foi anunciada pela presidenta Dilma Rousseff em 25 de junho deste ano para ter início em janeiro de 2015. Serão concedidas mais 100 mil bolsas. Diante da imponência do CsF evidencia-se a relevância do estudo em questão.

Esta pesquisa busca compreender se a equidade é viabilizada, ou se as desigualdades são reforçadas pelo CsF. Enfim, se o programa configura-se mesmo como política dualista – apesar do viés social e de pretensa democratização, atende a grupos seletos historicamente beneficiados por políticas educacionais.

Em outras palavras, buscar-se-á verificar se, ao mesmo tempo em que se arvora a ampliar o acesso à internacionalização e à formação de um trabalhador com perfil adequado às necessidades de mercado internacional, o programa promove acesso aos menos favorecidos, considerando que a fluência em língua estrangeira é o critério do programa, e esse se delineia como altamente excludente. Como esta problemática tem sido encaminhada, é uma segunda questão complementar que visa a lançar luz para a compreensão da viabilidade ou não da equidade pelo CsF.

De outra parte há de se considerar que o CsF foi formulado como política pública na estrutura burocrática do governo federal, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão de assessoramento vinculado à Casa Civil da Presidência da República. Em análise preliminar verifica-se que a política de intercâmbio traz objetivos afinados com o processo de internacionalização, traçado e negociado com agências internacionais e países da América Latina desde a década de 1990.

Sob essa perspectiva, torna-se ímpar vislumbrar como se articulam as políticas públicas do Estado com as forças sociais, sociedade civil e setor produtivo, nestas duas primeiras décadas do século XXI. Momento histórico a que teóricos (TEODORO, 2011; WALLERSTEIN, 2004; AFONSO, 2001; LEHER, 1998, 2003) têm designado, por um lado, de globalização neoliberal e, por outro, de novo desenvolvimentismo (JUDD, 2014; BOITO JR., 2013; CASTELO, 2012).

Em ambas correntes teóricas, porém, a internacionalização da ciência, da tecnologia e da inovação configura-se como força motriz para a competitividade dos países na nova ordem econômica (MOROSINI, 2011). Nesse sentido, o Programa Ciência sem Fronteiras resulta, assim, da relação dialética de política pública educacional necessária ao desenvolvimento econômico do país e dos interesses de acumulação do capital. Todavia, como referido, o programa tem em sua essência um impeditivo real à sua materialização como política inclusiva e voltada para a equidade: a questão da língua inglesa.

## A LINGUA INGLESA COMO CRITÉRIO NO PROGRAMA DE INTERCÂMBIO

O Ciência sem Fronteiras é um programa de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação, executado pelo Ministério da Educação (MEC) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio das respectivas agências, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O programa foi instituído pelo Decreto nº 7.642, de 13 de dezembro de 2011, com o objetivo de:

“[...] propiciar a formação e a capacitação de pessoas com elevada qualificação em universidades, instituições de educação profissional e tecnológica, e centros de pesquisa estrangeiros de excelência, além de atrair para o Brasil jovens talentos e pesquisadores estrangeiros de elevada qualificação, em áreas de conhecimento definidas como prioritárias.”

Todavia, embora se reconheçam algumas políticas voltadas para as Instituições de Educação Superior (IES) no século XXI, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e a Lei de Cotas, é notória a “fronteira” imposta ao processo de internacionalização universitária em decorrência da dificuldade dos brasileiros com a fluência em segundo idioma.

Em 2013, diante da grande procura de estudantes por vagas em instituições portuguesas, o então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, anunciou a suspensão do programa de intercâmbio para Portugal. A justificativa apresentada à imprensa, que questionava a decisão, foi a de que o Ciência sem Fronteiras tem entre os objetivos a proficiência em língua estrangeira. Após a Chamada Pública nº 127/2012, que ofertava vagas para Portugal, o programa não disponibilizou mais bolsas para aquele país.

De fato, para cumprir o objetivo de ampliar a internacionalização universitária e de melhorar a formação dos estudantes, o decreto de criação do CsF destaca no Artigo 11 que caberá ao MEC “promover o ensino e a aprendizagem de idiomas estrangeiros”. Duas ações ocorreram nesse sentido: o financiamento de preparatórios no país de destino e a oferta gratuita, no Brasil, de vagas em cursos online, na plataforma *My English Online*, e presenciais nos núcleos de línguas em 43 universidades da rede federal.

Essa segunda ação foi implementada um ano depois do lançamento do CsF. O MEC, por meio da Portaria nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012, instituiu o Programa Inglês sem

Fronteiras (IsF) com o objetivo de propiciar a formação e a capacitação de alunos da graduação para os exames de proficiência em língua exigidos para ingresso nas universidades anglófonas.

Há explicações históricas e políticas para os estudantes brasileiros apresentarem baixa proficiência num segundo idioma. Embora o ensino de línguas estrangeiras tenha iniciado no Brasil com o Decreto de 22 de junho de 1809, assinado por D. João VI, era restrito, segundo Oliveira (1999), a uma minoria, a elite que ingressava nas academias do Império. O aprendizado da língua inglesa nessa época era funcional, frente à política de abertura dos portos do Brasil ao comércio com a Inglaterra.

Nas décadas seguintes, mesmo com a massificação da educação pública de base, o ensino língua estrangeira segue desvalorizado como conteúdo disciplinar pelas sucessivas legislações educacionais. Na década de 1970, conforme a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, reduz-se o número de horas da disciplina, que passa a ser ofertada a depender das condições das escolas.

O ensino de idioma estrangeiro só se torna obrigatório no currículo das escolas brasileiras na década de 1990 com as reformas educacionais: a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) –, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1997 (OLIVEIRA, 2013). Ainda assim, a oferta atém-se aos anos finais do ensino fundamental, ou seja, a partir do 6º ano.

No limiar do século XXI, a proficiência em língua estrangeira tornou-se pré-requisito para inserção no programa de intercâmbio fomentada pelo governo federal. A internacionalização das ciências busca intensificar a interação entre as instituições do Brasil e do exterior. O propósito é ampliar o conhecimento científico, especialmente nas áreas de tecnologia, biomédicas e de inovação.

A Capes e o CNPq são os órgãos responsáveis, pelos ministérios da Educação (MEC) e da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por ampliar as parcerias, principalmente, com universidades e empresas dos Estados Unidos e da União Europeia. Esse processo cooperação universitária faz parte do processo de internacionalização, uma “característica inerente” da educação superior, segundo Aguiar (1998), na atual conjuntura de integração econômica e política mundial.

A internacionalização põe fim, segundo a autora, ao isolamento universitário e integra as instituições de ensino superior ao setor produtivo da economia globalizada, nas áreas de interesse. Essa já era uma diretriz para os países da América Latina desde a década de 1990,

conforme documentos de organismos internacionais contendo orientações de políticas educacionais para a América Latina (AGUIAR, 1998).

A recomendação dessas agências apontava para que fossem promovidos programas de intercâmbio a fim de facilitar o acesso aos conhecimentos produzidos pelos países industrializados e sua transferência aos latino-americanos. Nesse contexto, as universidades deveriam passar por mudanças na forma de gestão, adotando os princípios neoliberais de eficácia e de eficiência por resultados.

Nas palavras de Silva Júnior e Catani (2013, p. 171), estrategicamente, esses países parceiros impuseram “o novo modo de fazer científico” e absorveram “o que temos de melhor – e, em geral, financiado pelo fundo público”. Observa-se que as políticas recentes buscam alinhar a educação brasileira à nova ordem mundial atingem, em especial, a universidade pública, que passa a ter o apoio do governo para uma nova relação com o setor empresarial.

Esse movimento desdobra-se na “continuidade do processo de mercantilização da produção do conhecimento e a certificação em massa dos estudantes de graduação e pós-graduação (SILVA JÚNIOR E CATANI, 2013, p. 159-160).” Os discursos oficiais do governo brasileiro evidenciam essa relação ao priorizarem o Ciência sem Fronteiras e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) como os dois principais braços para a política de desenvolvimento econômico em que o país se apoia para manter o crescimento econômico.

Na 38ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), em 26 de julho de 2011, a presidenta Dilma Rousseff anunciou o CsF aos membros do conselho como nova política para impulsionar o desenvolvimento do país, assim como o Pronatec:

[...] nós não elaboramos o Pronatec só com essa visão de curto prazo. Nós elaboramos o Pronatec com vistas, também, em um horizonte futuro, numa visão de futuro em que o Brasil tinha de entrar na trilha da sua qualificação, no que se refere à agregação de valor aqui dentro do país, para que nós pudéssemos qualificar a nossa mão de obra e dar um salto em direção à economia do conhecimento. [...] Uma das formas de enfrentar esse desafio dentro desse grande guarda-chuva, que é o Programa Nacional de Tecnologia e Emprego, o Pronatec, foi o Ciência sem Fronteiras. [...] formar jovens na área de Ciências Exatas é fundamental: na área das Engenharias, da Física, Química, Biologia, das Ciências da Saúde. Enfim, dar uma ênfase especial a uma parte em que o Brasil tem de reconhecer que tem falhas e fraquezas [...] (ROUSSEFF, 2011, p. 3).

Nota-se que há uma visão alinhada com a internacionalização. E, conforme Aguiar (1998), esta é uma característica da economia globalizada, que tem início na década de 1970 com queda do fordismo. De outra parte, Boneti (2008) explica que desde então, o capital busca meios mais flexíveis para racionalizar os custos de produção e aumentar os lucros. Entre os novos princípios que vão nortear o neoliberalismo da economia global está a competitividade tecnológica. Nesse contexto, o Estado brasileiro, neste início do século XXI, assume o papel de condutor das políticas estruturantes para o desenvolvimento econômico, que passa a ser vinculado ao setor educacional. Se o Pronatec garante a formação de mão de obra técnica para as indústrias, cabe ao CsF a busca pela qualificação de alto nível científico, tecnológico e de inovação.

Estamos, pois, diante de um momento ímpar no plano educacional, social e político-econômico do país. Interessa a este estudo identificar as contradições imbricadas nessa relação de forças, externa e interna, que resultaram nas políticas de internacionalização e desenvolvimento econômico do país. Ao mesmo tempo em que se arvora pela sobrepujança na economia global, o Brasil parece não se desvencilhar das amarras neoliberais e nem superar as históricas mazelas educacionais.

#### ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A INEQUIDADE NO PROGRAMA DE BOLSAS

Com o avançar da sociedade do conhecimento, em que o “saber técnico” traduz-se, segundo Boneti (2008), como “bem de capital”, o Estado não pode se eximir da “responsabilidade pelas diferenças persistentes e/ou exclusão, jogando sobre os sujeitos sociais a culpa de sua não homogeneização e a conseqüente exclusão” (p. 224).

A economia globalizada exhibe, segundo expressão utilizada pelo autor, uma “mutação tecnológica” e somente os sujeitos sociais em condições de competir terão inserção nesse novo mundo. A partir dessa reflexão procura-se apreender as bases da equidade na seleção ao programa de mobilidade internacional.

Identificar quem são os bolsistas e verificar como venceram os desafios para buscar uma melhor formação constituem importantes passos para a compreensão da inserção do país na conjuntura econômica global. Sem perder de vista que, embora a reconfiguração social, política e econômica esteja cada vez mais dependente da capacidade tecnológica de inovar, são os interesses das elites globais que impulsionam o capitalismo no século XXI.

O desafio que se impõe é o de desvendar a configuração do contexto político e econômico internacional que tornou possível o Ciência sem Fronteiras.

mundial em que a competitividade é uma das palavras-chave, o individualismo retoma força na educação. Segundo Teodoro (2011), estaríamos às voltas com a “teoria neoclássica do capital humano” e na capacidade individual de produzir e inovar.

Desenvolvida por Theodore Schultz, na década de 1960, essa teoria revoluciona ao defender os gastos com educação como investimento de renda futura. A teoria é adaptável no contexto em que floresce o CsF e serve para justificar a política, mas não as suas contradições e inequidades sociais. Quem são os estudantes do CsF e quais as condições educacionais que favorecem a seleção meritocrática? Questões para reflexão e estudo.

Segundo Morosini (2006, p. 119), nesse cenário econômico que se impõe em escala global, o domínio da língua inglesa passa a ser o “principal instrumento de aprendizagem e do próprio processo de aprendizagem”. A baixa proficiência em língua estrangeira dos universitários brasileiros sobrepõe-se como problema e passa a ser denunciado pela imprensa. É o primeiro embaraço que se apresenta à implementação da política de intercâmbio.

Analisar se o Programa Ciência sem Fronteiras, na modalidade graduação sanduíche, possibilita que haja equidade na internacionalização da educação superior brasileira a partir do pré-requisito da língua estrangeira. Em outras palavras, se o programa contribui para a democratização da educação superior e se permite a inserção de alunos de baixa-renda.

A dificuldade dos bolsistas do Ciência sem Fronteiras com o domínio de uma língua estrangeira evidencia as deficiências crônicas na qualidade da educação pública brasileira e o processo histórico de elitização na educação superior. O educador Anísio Teixeira, desde o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, já denunciava o sistema dual na educação brasileira, que privilegiava a formação das elites em detrimento das camadas populares.

O Brasil do século XXI mostra que as desigualdades educacionais a partir da escola mantêm-se latentes e promovendo a exclusão dos mais pobres. O acesso à formação superior permanece como privilégio de poucos. Conforme Castro e Carvalho (2013), “a educação superior, a despeito da extraordinária expansão, continua a ser enquadrada em um sistema de elites, visto que, em 2009, menos de 15% da população na faixa etária entre 18 a 24 anos encontrava-se matriculada no nível superior”.

Assim, este estudo traz como questão central: é possível viabilizar a equidade e ao mesmo tempo impulsionar a internacionalização das pesquisas científicas, tecnológicas e de inovação por meio do intercâmbio, considerando a carência em língua estrangeira que vigora no país? A partir desse problema de pesquisa, outras perguntas emergem.

Por que o CsF tornou-se uma política prioritária para o desenvolvimento econômico do Brasil? De que forma o programa atende às exigências do setor produtivo? Quem são, afinal, os estudantes brasileiros de graduação que estão indo estudar no exterior pelo programa de intercâmbio? E qual o nível de proficiência em inglês (ou outra língua) dos beneficiários do CsF? Precisaram fazer cursos de línguas no país de destino?

Considerando a fragilidade da proficiência da língua estrangeira no Brasil, como os bolsistas de baixa renda têm sido contemplados? O CsF se conecta a um processo de democratização da educação superior ou ratifica o processo histórico da exclusão na educação brasileira que sempre se traduziu como privilégio das elites?

A partir do pressuposto de que somente é possível entender uma política pública, em sua totalidade, nas relações conflitivas que guarda com o Estado e os grupos de interesse, é que se procurará explicar o Ciência sem Fronteiras e suas variáveis sociais, políticas e econômicas. Pois, antes de vencer as fronteiras externas para a internacionalização, o CsF precisará enfrentar, internamente, as barreiras de exclusão historicamente incrustadas na escola pública de base, em especial, a língua inglesa.

Na perspectiva do materialismo histórico dialético, esta pesquisa buscará compreender o Programa Ciência sem Fronteiras como política pública que espelha as contradições históricas de uma educação básica escrita sob a égide elitista e excludente. Para isso, tornar-se-á necessária uma revisão bibliográfica com foco nos períodos desenvolvimentistas a partir de 1930.

A pesquisa fará uso do multimétodo ou método misto, também nomeado na literatura como convergência, integrado ou combinado. Esse método permite o uso de dados quantitativos e qualitativos para apreender a complexidade de pesquisas em áreas sociais. As informações quantitativas virão da coleta de dados junto a Capes/MEC, responsável pela produção de estatísticas do programa, e exigirá recortes estatísticos não disponíveis ao público na internet, ou seja, no *Painel de Controle do Programa Ciência sem Fronteiras*. Outra fonte oficial de informações utilizada será o acesso às respostas ao Relatório Final de Atividades Bolsas de Graduação Sanduíche no Exterior, obrigatório aos bolsistas, desde 2013, no regresso ao Brasil.

Para o levantamento de informações com relação à língua estrangeira, foco principal deste estudo, será necessário complementar os dados oficiais com estatísticas específicas produzidas a partir da realização de um *survey* junto aos bolsistas. Para isso, será elaborado um questionário fechado e, enviado eletronicamente, aos estudantes participantes do

programa. Os endereços de e-mail desses bolsistas estão disponíveis no site da Capes, na seção intitulada *Bolsistas pelo mundo*.

As técnicas de análise qualitativa serão centradas nos documentos elaborados no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), da Casa Civil, incluindo o CsF nas ações estratégicas para o desenvolvimento econômico do país, além da legislação referente ao programa, como decretos, portarias e chamadas públicas para a seleção de bolsistas. Todos esses documentos estão disponíveis na biblioteca digital da CDES e no Portal da Capes. Será analisado ainda o documento-base, com metas e estratégias para a instituição do programa, intitulado *Ciência sem Fronteiras – um programa especial de mobilidade internacional em ciência, tecnologia e inovação*, e elaborado conjuntamente pela Capes e CNPq.

O objetivo desse procedimento é conhecer a normatização para a instituição, o aprimoramento e a execução do programa e de suas metas. A análise dos editais e dos resultados com o número de candidatos permitirá levantar informações importantes para este estudo, como número de candidatos aprovados nas chamadas públicas por país e condicionantes para a seleção, como nível de proficiência e certificado internacional.

Assim, busca-se, a partir da fundamentação teórica que entrelaça o desenvolvimento econômico à internacionalização da educação, verificar na prática se o CsF tem se configurado em mecanismo de acirramento da desigualdade custeado pelo governo federal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento do público-alvo do CsF permitirá refletir sobre possíveis e necessários rearranjos no programa para que, de fato, se configure em política de alcance justo e democrático ao público a que se destina. A meritocracia, sem bases iguais de disputa, não parece insurgir como critério de equidade educacional na seleção para a formação de estudantes orientada conforme as exigências da nova ordem econômica global.

Entende-se que a apreensão desse contexto político-econômico é fundamental para compreender as inter-relações que redirecionam as políticas do Estado brasileiro, neste começo de século. Do primeiro governo de Getúlio Vargas, em 1930, até o início dos governos militares em 1964, a economia do Brasil foi impulsionada pela política nacional-desenvolvimentista, em que se priorizava o desenvolvimento e a expansão da indústria de base.

Segundo Fonseca (2009), o objetivo era que a educação preparasse os técnicos para o novo momento histórico do país, de independência econômica no cenário global. Judd (2014), analisando as políticas do Estado brasileiro no século XXI, conclui que o país está diante de um novo desenvolvimentismo burocrático. A singularidade é que para se inserir na nova ordem mundial, da competitiva economia globalizada, o país busca políticas estratégicas para ampliar as bases de conhecimento científico, tecnológico e de inovação.

Assim, o embasamento teórico será crucial para compreender como se apresentam as contradições em relação ao perfil socioeconômico, à proficiência da língua, ao estado desses estudantes, tipo de escola (pública ou privada) em que concluíram o ensino médio. O cruzamento dessas variáveis permitirá saber o que mais influenciou na seleção dos bolsistas e sob que bases estruturais a política educacional vincula-se atualmente ao setor produtivo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, A. J. Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-Nação e a emergência da regulação supranacional. **Educação e Sociedade**, n. 75, 2001.
- AGUIAR, M. A. Sistemas Universitários na América Latina e as orientações políticas de agências internacionais. In: CATANI, A. M. **Novas perspectivas nas políticas de educação superior na América Latina no limiar do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 1998. p. 103-115.
- AZEVEDO, M. L. N. de; CATANI, A. M. Educação superior, internacionalização e circulação de ideias: ajustando os termos e desfazendo mitos, 2012. In: **INTER-AÇÃO**. Revista da Faculdade de Educação, UFG, v. 38, n. 2, mai./ago. 2013.
- BOITO JR., A. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2013 do Fórum Econômico da FGV, São Paulo.
- BONETI, L. W. As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In: FERREIRA, N. S. C.; (ORGS), M. A. D. S. A. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2008
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Portal MEC**. Programa deve superar 45 mil bolsas previstas para este ano, 24 abr. 2013. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=18623](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18623). Acesso em: 29 jun.2014.
- CASTELO, R. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, n. 112, out./dez. 2012. p. 613-636.
- CASTRO, J. A. D.; CARVALHO, C. H. A. D. Necessidades e possibilidades para o financiamento da educação brasileira no Plano Nacional de Educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124. 829-849. Disponível em: <Disponível em >. Acesso em: 30 jun. 2014.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, maio/ago. 2009. 153-177.

JUDD, K. E. **101 mil brasileiros no mundo**: as implicações do programa Ciência sem Fronteiras para o Estado desenvolvimentista brasileiro. Brasília: [s.n.], 2014. (Dissertação de Mestrado).

LEHER, R. A ideologia da globalização na política de formação profissional. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, ago./dez. 1998. 117-134.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado: o privado contra o público. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 2, 2003. 203-228.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar**, Curitiba, n. 28, 2006. 107-124.

MOROSINI, M. C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 01, abr. 2011. 93-112.

OLIVEIRA, K. C. D. **A cultura de aprender língua estrangeira (inglês) de alunos ingressantes e egressos do ensino fundamental II**. (Dissertação de mestrado em linguística aplicada). ed. Brasília: Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução: Universidade de Brasília, 2013. 184 p.

OLIVEIRA, L. E. M. de. **A historiografia brasileira da Literatura Inglesa**: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951). Campinas: 1999. 189 p. Dissertação (Mestrado) - Unicamp, Campinas, SP, 1999.

ROUSSEFF, D. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na 38ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDES). **Portal do Planalto**, 2011. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-o-planalto/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-38a-reuniao-ordinaria-do-pleno-do-conselho-de-desenvolvimento-economico-e-social-cdes>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

TEIXEIRA, A. **Educação não é privilégio**. 2. ed. São Paulo: Nacional, v. 10, 1967. (Coleção Cultura, Sociedade, Educação).

TEODORO, A. **A educação em tempos de globalização neoliberal**: os novos modos de regulação das políticas educacionais. Brasília: Liber Livro, 2011.

WALLERSTEIN, I. **After developmentalism and globalization, what?** Development challenges for the 21 st century. Cornell University: [s.n.]. 2004. Disponível em< <http://www.iwallerstein.com/after-developmentalism-and-globalization-what/>>. Acesso em: 08/06/2014.